

Aprovo o Caderno de Encargos

(O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Manuel Pina Fonseca)

Procedimento n.º AS 14/2025

CADERNO DE ENCARGOS ¹

Aquisição de Serviços

Consulta Prévia

(Alínea c) do n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos)

¹ a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

Índice

Capítulo I - Disposições Gerais	6
Cláusula 1. ^a - Objeto do contrato a celebrar	6
Cláusula 2. ^a - Contrato	6
Cláusula 3. ^a - Prazo Contratual	7
Capítulo II - Obrigações das Partes.....	7
Cláusula 4. ^a - Obrigações do Prestador de serviços	7
Cláusula 5. ^a - Conformidade dos serviços a prestar.....	9
Cláusula 6. ^a - Garantia técnica.....	9
Cláusula 7. ^a - Trabalhadores afetos à prestação de serviços	9
Cláusula 8. ^a - Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais	9
Cláusula 9. ^a - Prazo do dever de sigilo	11
Capítulo III - Obrigações do Município de Fornos de Algodres.....	11
Cláusula 10. ^a - Preço base e preço contratual	11
Cláusula 11. ^a - Condições de pagamento.....	12
Cláusula 12. ^a - Faturação	12
Capítulo IV - Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato.....	13
Cláusula 13. ^a - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	13
Capítulo V - Penalidades Contratuais e Resolução	14
Cláusula 14. ^a - Disposições Gerais.....	14
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do contraente	14
Cláusula 16. ^a - Resolução por parte do Prestador de serviços	15
Cláusula 17. ^a - Caução.....	15
Cláusula 18. ^a - Seguros.....	16
Capítulo VI - Disposições Finais.....	16
Cláusula 19. ^a - Casos de Força maior	16
Cláusula 20. ^a - Deveres de informação e comunicações	17

Cláusula 21. ^a - Foro competente.....	17
Cláusula 22. ^a - Direito aplicável e natureza do contrato	18
Cláusula 23. ^a - Contagem dos prazos.....	18
Cláusula 24. ^a - Garantias de dignidade no acesso ao trabalho	18
Capítulo VII - Especificações Técnicas	19
Cláusula 25. ^a - Descrição dos serviços.....	19
Cláusula 26. ^a – Lotes e zonas de intervenção	21
Cláusula 27. ^a – Lote 1 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção	22
Local: N_Class01-Casal do Monte/Trancoso	22
Local: N Class 09-Sobral Pichorro - Queiriz	25
Cláusula 28. ^a – Lote 2 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção	28
Local: CM1092 Matança-Fonte Fria	28
Local: CM1092_1 Matança - Forçadas	31
Cláusula 29. ^a – Lote 3 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção	34
Local: EM554 Juncais-Ponte de Vila Soeiro	34
Local: N16- Ponte de Juncais-Ponte de Vila Soeiro.....	37
Cláusula 30. ^a – Lote 4 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção	40
Local: EM554-1_Juncais-Mesquitela	40
Local: EM 554-2-EM 554 Juncais-Gouveia.....	43
Cláusula 31. ^a – Lote 5 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção	46
Local: EM586-Figueiró da Granja – Aldeia Nova.....	46
ANEXO A - Mapa de quantidades	49

Índice de Figuras

Figura 1 - Planta de áreas – N Class 01 Casal do Monte-Trancoso.....	23
Figura 2 - Planta de localização – N Class 01 Casal do Monte - Trancoso	24
Figura 3 - Planta de áreas N Class 09 Sobral Pichorro Queiriz.....	26
Figura 4 - Planta de localização N Class 09 Sobral Pichorro-Queiriz.....	27
Figura 5 – Planta de áreas CM1092 Matança-Fonte Fria.....	29
Figura 6 - Planta de localização – CM 1092 Matança-Fonte Fria.....	30
Figura 7 - Planta de áreas CM1092-1 Matança-Forçadas.....	32
Figura 8 - Planta de localização CM1092-1 Matança-Forçadas	33
Figura 9 - Planta de áreas – EM 554 Juncas-Ponte de Vila Soeiro	35
Figura 10 - Planta de localização – EM 554 Juncas – Ponte de Vila Soeiro	36
Figura 11 - Planta de Áreas N16 Ponte de Juncas-Ponte de Vila Soeiro	38
Figura 12 - Planta de localização – N 16 Ponte de Juncas-Ponte de Vila Soeiro.....	39
Figura 13 - Planta de áreas – EM 554-1 Juncas-Mesquitela	41
Figura 14 - Planta de localização EM 554-1 Juncas - Mesquitela	42
Figura 15 - Planta de áreas – EM554-2-EM554 Juncas-Gouveia.....	44
Figura 17 - Planta de áreas – EM 586 Figueiró da Granja – Aldeia Nova	47
Figura 18 - Planta de localização – EM 586 Figueiró da Granja – Aldeia Nova	48

Índice de Figuras

Tabela 1 – Caracterização do Lote 1, composto por 13,5639 hectares.....	21
Tabela 2 – Caracterização do Lote 2, composto por 9,7983 hectares.....	21
Tabela 3 – Caracterização do Lote 3, composto por 10,7106 hectares.....	21
Tabela 4 – Caracterização do Lote 4, composto por 8,8082 hectares.....	22
Tabela 5 – Caracterização do Lote 5, composto por 13,0424 hectares.....	22
Tabela 7 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “N_Class01-Casal do Monte/Trancoso”, com 5,9098 hectares.....	22
Tabela 8 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “N-Class09-Sobral Pichorro/Queiriz”, com 7,6541 hectares.....	25
Tabela 9 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “CM1092_Matança/Fonte Fria”, com 4,4077 hectares.....	28
Tabela 10 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “CM1092_1_Matança/Forçadas”, com 5,3906 hectares.....	31
Tabela 11 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM 554-Juncais/Ponte de Vila Soeiro”, com 4,1239 hectares.....	34
Tabela 12 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “N16-Ponte de Juncais/Ponte de Vila Soeiro”, com 6,5867 hectares.....	37
Tabela 13 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM554-1_Juncais-Mesquitela”, com 4,7460 hectares.....	40
Tabela 14 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM554-2-EM554-Juncais/Gouveia”, com 4,0622 hectares.....	43
Tabela 15 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM586-Figueiró da Granja/Aldeia Nova”, com 13,0424 hectares.....	46

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.^a - Objeto do contrato a celebrar

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com o Município de Fornos de Algodres, de ora em diante designado por Município, na sequência de um procedimento por **consulta prévia**, para a **aquisição de serviços**, que tem por objeto principal “**Execução de Faixas de Gestão de Combustível da Rede Secundária com Responsabilidade do Município de Fornos de Algodres, para o ano de 2025**”, nos termos melhor definidos no presente documento e respetivos anexos.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Prestador de serviços;
 - f) O respetivo clausulado e os seus anexos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
5. Os ajustamentos propostos pelo Município de Fornos de Algodres, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo prestador de serviços, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo código, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a - Prazo Contratual

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga ou envio da requisição externa, caso aplicável, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital qualificada, mantendo-se em vigor até **31 de agosto de 2025**, não renovável, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, tendo o prestador de serviços mais de um representante e outorgando o contrato em parte com assinatura(s) digital(is) e em parte com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data da última assinatura digital. Caso o prestador de serviços outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).

Capítulo II - Obrigações das Partes

Cláusula 4.^a - Obrigações do Prestador de serviços

1. O Prestador de serviços obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de cumprir com as especificações técnicas, requisitos mínimos e os níveis de serviço estabelecidos no **Capítulo VII - Especificações Técnicas**;
 - b) Obrigação de assumir a responsabilidade por eventuais danos causados nos equipamentos e outros bens existentes nas instalações a designar pelo Município de Fornos de Algodres, bem como quaisquer outros resultantes das atividades inerentes ao fornecimento;
 - c) Obrigação de prestar ao Município de Fornos de Algodres, ou à entidade por ela designada, em qualquer tempo na pendência do fornecimento, as informações e esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
 - d) Obrigação de responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do prestador de serviços.

- e) Obrigação de disponibilizar simultaneamente com a entrega dos materiais, sempre que enquadrável, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários à boa e integral utilização dos materiais;
 - f) Todas as despesas e custos com o transporte e entrega do material objeto do contrato são da responsabilidade do prestador de serviços;
 - g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao Município, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o Município;
 - h) Não alterar as condições da prestação dos serviços do presente caderno de encargos, salvo autorização do Município;
 - i) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato sem prévia autorização do Município;
 - j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - k) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontre envolvidos;
 - l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - m) Respeitar, no que seja aplicável à prestação de serviços a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, a legislação em vigor, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções dos fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
3. A título acessório, o Prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, combustíveis, seguros e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento contratado, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª - Conformidade dos serviços a prestar

O prestador de serviços obrigar-se-á a efetuar os trabalhos objeto do contrato, com as especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

1. O Município assegura ao prestador de serviços toda a documentação necessária para a realização do trabalho;
2. O prestador de serviços obrigar-se-á a efetuar os trabalhos objeto do contrato, com as especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos;
3. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 6.ª - Garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 7.ª - Trabalhadores afetos à prestação de serviços

1. O Prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.ºA do CCP, aplicável por via do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, nos termos do qual:
 - a. Sendo a vigência do contrato **superior a 1 ano**, os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
 - b. Sendo a vigência do contrato **igual ou inferior a 1 ano**, os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, não podendo o vínculo laboral ter duração inferior à vigência do contrato de prestação de serviços
2. São aplicável as exceções previstas nos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP.

Cláusula 8.ª - Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais

1. O Prestador de serviços compromete-se a garantir o sigilo quanto à informação obtida, quer por si própria, quer por qualquer pessoa, que no âmbito da adjudicação exerça funções por sua conta, obrigando-se igualmente a não utilizar essa informação para outros fins que não os do objeto do presente procedimento.

2. O Prestador de serviços obriga-se a manter em total e completo sigilo todas as informações de natureza profissional, consideradas pelo Município como confidenciais, nomeadamente, bem como toda a demais informação provada ou de propriedade do Município, adquirida no decurso de toda a atividade ou de qualquer outra informação que venha a tomar conhecimento por força da execução do contrato ("Informação Confidencial").
3. O Prestador de serviços obriga-se a observar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente fornecidas pelo Município, relativamente à divulgação da Informação Confidencial, devendo ainda consultar previamente aquela, sempre que tenha dúvidas relativamente à possibilidade de divulgação de determinada Informação Confidencial.
4. O Prestador de serviços, obriga-se ainda, nos termos do disposto na legislação nacional e comunitária relativa a Proteção de Dados, a:
 - a. Não realizar o tratamento da informação obtida a que tiver acesso a não ser para a finalidade que lhe foi solicitada pelo Município e que é objeto do contrato;
 - b. Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
 - c. Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do contrato, nos termos do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais;
 - d. Adotar todas as medidas de carácter técnico e organizativo necessário e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Cláusula 9.^a - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Capítulo III - Obrigações do Município de Fornos de Algodres

Cláusula 10.^a - Preço base e preço contratual

1. Nos termos do n.º 1 do disposto no artigo 47.º do CCP, é fixado o preço base para a prestação de serviços em **46.336,40 €** (quarenta e seis mil, trezentos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido, sendo este o montante máximo que o Município se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e sendo repartido da seguinte forma:
 - ✓ **Lote 1** – 12.204,65€ (doze mil, duzentos e quatro euros e sessenta e cinco euros);
 - ✓ **Lote 2** – 7.544,69€ (sete mil, quinhentos e quarenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos);
 - ✓ **Lote 3** – 9.762,10€ (nove mil, setecentos e sessenta e dois euros e dez cêntimos);
 - ✓ **Lote 4** – 6.782,31€ (seis mil, setecentos e oitenta e dois euros e trinta e um cêntimos);
 - ✓ **Lote 5** – 10.042,65€ (dez mil e quarenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos).
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, combustíveis, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
3. Pela Prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao Prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 11.^a - Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total da prestação de serviços serão de acordo com as seguintes condicionantes:
 - a) Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, conforme ponto n.º 4 do artigo 299.º do CCP, após apresentar da respetiva fatura.
 - b) Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
2. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através transferência bancária.
3. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao prestador de serviços serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 12.^a - Faturação

1. A fatura a apresentar pelo prestador de serviços ao Município de Fornos de Algodres, emitida em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, deve conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida após a prestação de serviços, podendo ser mensal, caso seja enquadrável, objeto do contrato e aceitação pelo Município de Fornos de Algodres;
 - b) Conter o número de compromisso e/ou requisição emitida pelo Município de Fornos de Algodres;
 - c) Indicar o preço global;
 - d) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. O prestador de serviços deve proceder à **emissão das faturas em formato eletrónico (EDI)**, se tal lhe for aplicável, decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 123/2018, de 28 de dezembro, atualizado com o

estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de abril. pelo Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho ou outra que venha a estar em vigor no decorrer do contrato.

4. O Município de Fornos de Algodres aderiu ao Portal da YET para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pelo grupo Primavera. Nesse sentido deve ser considerado que o broker é a YET e o pedido de ligação deverá ser efetuado para o email intervan@yetspace.com.
5. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o prestador de serviços consultar a informação disponível em <https://www.cm-fornosdealgodres.pt/institucional/camara-municipal/documentacao/contratacao-publica/>.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Município de Fornos de Algodres não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

Capítulo IV - Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato

Cláusula 13.^a - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. Os poderes de acompanhamento e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, previsto no artigo 290.º-A do CCP, ao qual se delega:
 - a. A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo.º 325.º do CCP para que o prestador de serviços cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada.
 - b. A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).

3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas 4.^a e cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Capítulo V - Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 14.^a - Disposições Gerais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do Prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das obrigações contratuais, até ao valor de 20% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 5 % do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1., relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a - Resolução por parte do contraente

1. O contrato poderá ser objeto de resolução, sempre que se verifique o incumprimento por parte do Prestador de serviços das condições estabelecidas ou de outras obrigações contratuais, ou este não tenha sanado a sua atuação no prazo para o efeito fixado, designadamente quando:

- a) O Prestador de serviços sonegar, distorcer ou, por qualquer modo, alterar quaisquer registos ou informações que deva prestar ao Município;
 - b) O Prestador de serviços demonstrar, consecutivamente, negligência no cumprimento das suas obrigações;
 - c) Se o Prestador de serviços menosprezar a sua responsabilidade e não corresponder aos objetivos estabelecidos na prestação de serviço;
 - d) Em qualquer altura se verificar que o Prestador de serviços não deu aos trabalhos o desenvolvimento previsto previamente acordados;
 - e) Ocorrer a caducidade ou perda de Alvarás e Licenças de atividade por parte do Prestador de serviços;
 - f) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou declaração escrita do Prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior, não prejudica o direito do Município vir a ser ressarcido dos prejuízos que lhe advierem dessa resolução ou da conduta do Prestador de serviços que terá levado à resolução.
3. A resolução nas condições expressas no n.º 1 da presente cláusula será comunicada ao Prestador de serviços através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 30 (trinta) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas as condições contratuais.

Cláusula 16.^a - Resolução por parte do Prestador de serviços

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 17.^a - Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução pelo prestador de serviços.

Cláusula 18.^a - Seguros

1. O Prestador de serviços obriga-se a contratar seguros que garantam a cobertura dos riscos e danos, direta ou indiretamente, emergentes da sua atividade, nos termos impostos pela legislação em vigor aplicável ao caso concreto.
2. O Município de Fornos de Algodres pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Capítulo VI - Disposições Finais

Cláusula 19.^a - Casos de Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a - Deveres de informação e comunicações

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 7 (sete) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.
4. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou correio eletrónico, entre o Gestor de contrato designado pelo Município de Fornos de Algodres e o prestador de serviços.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 7 (sete) dias.

Cláusula 21.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22ª - Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Cláusula 24.ª - Garantias de dignidade no acesso ao trabalho

O prestador de serviços deverá garantir, em matéria de dignidade no acesso ao trabalho, nos casos aplicáveis, o estipulado do artigo 419-A do CCP.

Capítulo VII - Especificações Técnicas

Cláusula 25.^a - Descrição dos serviços

1. Executar a gestão de combustível na faixa de rede secundária, numa área de **55,9234 hectares**, dividido em **cinco lotes**, nos termos das competências previstas na [alínea a\) do n.º 4 do artigo 49º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua atual redação](#);
2. **Sempre que aplicável**, devem ser cumpridos, de forma cumulativa, os critérios para a gestão de combustível no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível, nomeadamente os seguintes:
 - ✓ É obrigatório que o prestador de serviços efetue a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante com a rede viária numa largura **não inferior a 10 m**, desde a berma da rede viária;
 - ✓ No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro-bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
 - ✓ No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas no ponto anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
 - ✓ No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
 - ✓ No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm;
3. **Sempre que aplicável**, para além dos critérios definidos para a gestão de combustíveis, devem ainda ser considerados os seguintes procedimentos:
 - ✓ A intervenção pretendida deverá ser efetuada através do corte manual, com o auxílio de motorroçadoras ou motosserras, ou do corte mecânico, com o auxílio de um trator acoplado com corta-matos de correntes, com destroçador de martelos ou com braço articulado com lâmina lateral;

- ✓ Todo o material arbóreo cortado resultante da ação de gestão de combustível que possua valor comercial deve ser torado e deixado no local durante 10 dias úteis para recolha por parte dos proprietários. Após este prazo, se não recolhido pelos proprietários, deverá ser transportado e descarregado num ou mais locais a indicar pelo Gestor de Contrato, sendo que os locais de receção da madeira ficam localizados no concelho de Fornos de Algodres;
- ✓ Os resíduos lenhosos resultantes da intervenção deverão ser destroçados e incorporados no solo;
- ✓ Os restantes resíduos de origem urbana e doméstica que forem encontrados na sequência da gestão de combustíveis devem ser encaminhados para reciclagem, caso seja essa a tipologia do resíduo, ou para o contentor de resíduos urbanos ou, no caso de resíduos de maior dimensão, para local indicado pelo Município;
- ✓ Nas intervenções realizadas em taludes das vias municipais, o corte de vegetação deve ser acautelado de modo a evitar o deslizamento de terras;
- ✓ É obrigatória a sinalização do local alvo de intervenção, com equipamentos adequados, de modo a garantir a segurança do trânsito rodoviário nas vias municipais;
- ✓ No decorrer dos trabalhos, devem ser salvaguardados os alertas e disposições emitidos pelo Ministério da Administração Interna e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, relativamente à permissão para a realização de ações de silvicultura preventiva, relativamente à proibição do uso de motorroçadoras, corta-matos e destroçadores sempre que se verifique o índice de risco de incêndio rural de nível máximo;

O Prestador de serviços, no decorrer da execução do serviço descrito nos números anteriores, deve avaliar a necessidade de requer o acompanhamento das forças de segurança.

Cláusula 26.^a – Lotes e zonas de intervenção

O presente procedimento é constituído por **cinco (5) lotes**. Estes correspondem a uma área de **55,9234 hectares** de gestão de combustíveis da rede secundária, as quais se encontram identificados nas plantas a seguir apresentadas. Os lotes associados, encontram-se discriminados nas tabelas seguintes.

Na **Tabela 1** são apresentadas as características pormenorizadas do **Lote 1**, com um total de gestão de combustível igual a **13,5639 hectares**.

Tabela 1 – Caracterização do Lote 1, composto por 13,5639 hectares

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)
N_Class01-Casal do Monte/Trancoso	1	5,9098	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil
N_Class09-Sobral Pichorro/Queiriz	1	7,6541	Primário	Faixas de Gestão de Combustível	Médio
		13,5639			

Na **Tabela 2** são apresentadas as características pormenorizadas do **Lote 2** com um total de gestão de combustível igual a **9,7983 hectares**.

Tabela 2 – Caracterização do Lote 2, composto por 9,7983 hectares

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)
CM1092_Matança/Fonte Fria	1	4,4077	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil
CM1092_1_Matança/Forçadas	1	5,3906	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil
		9,7983			

Na **Tabela 3** são apresentadas as características pormenorizadas do **Lote 3** com um total de gestão de combustível igual a **10,7106 hectares**.

Tabela 3 – Caracterização do Lote 3, composto por 10,7106 hectares

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)
EM 554-Juncais/Ponte de Vila Soeiro	1	4,1239	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil
N16-Ponte de Juncais/Ponte de Vila Soeiro	1	6,5867	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Médio
		10,7106			

Na **Tabela 4** são apresentadas as características pormenorizadas do **Lote 4** com um total de gestão de combustível igual a **8,8082 hectares**.

Tabela 4 – Caracterização do Lote 4, composto por 8,8082 hectares

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)
EM554-1_Juncais/Mesquitela	1	4,7460	Primário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil
EM554-2-EM554-Juncais/Gouveia	1	4,0622	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil
		8,8082			

Erro! A origem da referência não foi encontrada. são apresentadas as características pormenorizadas do **Lote 5** com um total de gestão de combustível igual a **13,0424 hectares**.

Tabela 5 – Caracterização do Lote 5, composto por 13,0424 hectares

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)
EM586-Figueiró da Granja/Aldeia Nova	1	13,0424	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil
		13,0424			

Cláusula 27.^a – Lote 1 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção

Local: N_Class01-Casal do Monte/Trancoso

A parcela localizada em **N_Class01-Casal do Monte/Trancoso**, com uma área total de **5,9098 (ha)** integrada na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, obriga a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados. Esta parcela possui um grau de dificuldade **Fácil**.

Tabela 6 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “N_Class01-Casal do Monte/Trancoso”, com 5,9098 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
N_Class01-Casal do Monte/Trancoso	1	5,9098	Secundário	Fácil	Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

Os trabalhos a executar devem ser focados essencialmente em corte de matos, silvas e vegetação diversa e correção de densidades no estrato arbóreo, tendo em conta as distâncias entre copas definidas na legislação, preservando as árvores com melhor desenvolvimento vegetativo, eliminando prioritariamente as árvores doentes, malformadas ou que constituam perigo de queda ou obstrução para a via pública.

Figura 1 - Planta de áreas – N Class 01 Casal do Monte-Trancoso

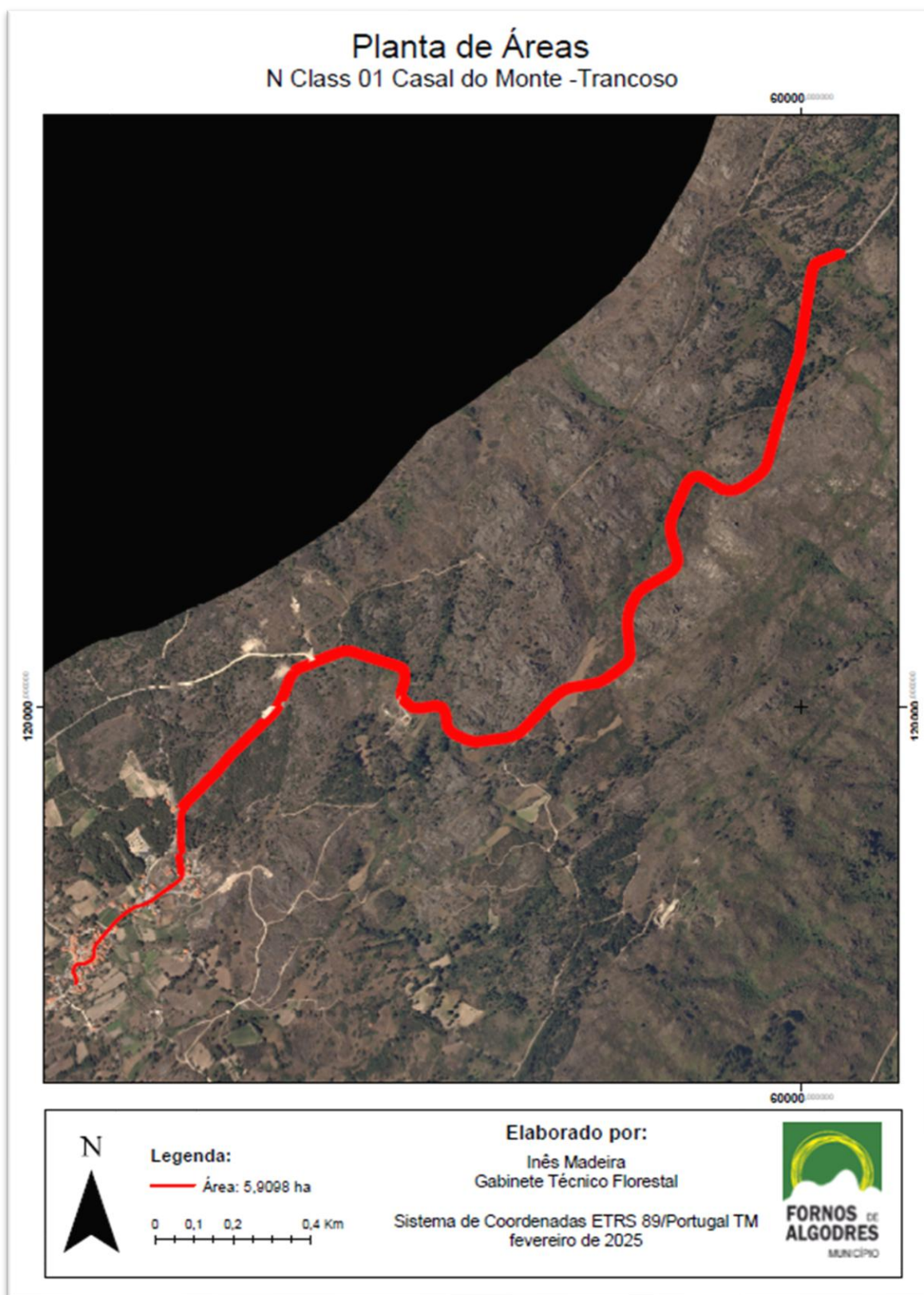
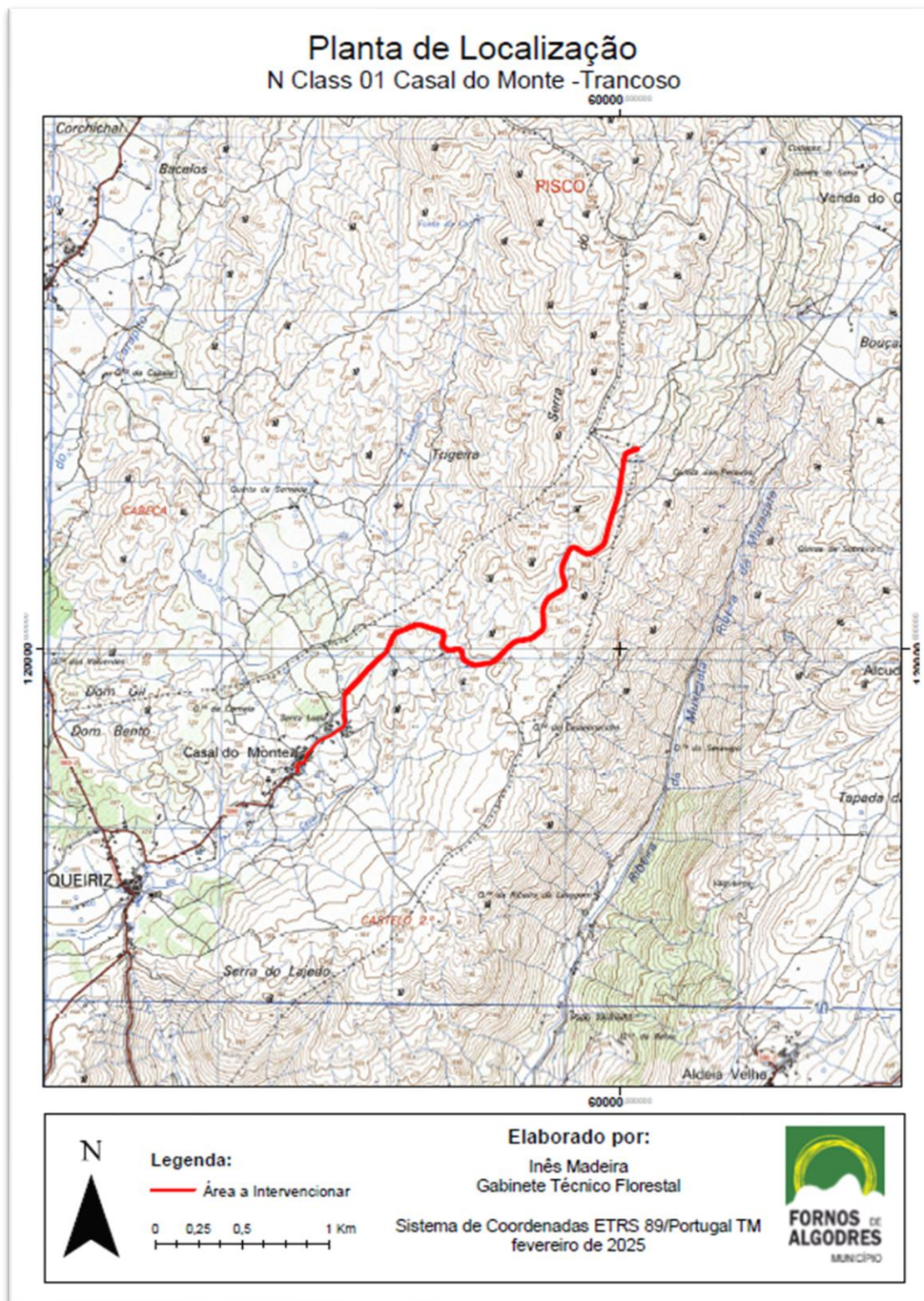


Figura 2 - Planta de localização – N Class 01 Casal do Monte - Trancoso



Local: N Class 09-Sobral Pichorro - Queiriz

A parcela localizada ao longo do troço da estrada **N Class 09 Sobral Pichorro-Queiriz**, com uma área total de **7,6541 (ha)** integrada na Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, obriga, por parte da CMFA, a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados.

Esta parcela possui um grau de dificuldade **Médio**, devido ao declive mais acentuado e à presença de alguns combustíveis grossos.

Tabela 7 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “N-Class09-Sobral Pichorro/Queiriz”, com 7,6541 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
N-Class09-Sobral Pichorro/Queiriz	1	7,6541	Primário	Médio	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Execução de descontinuidade vertical – distância entre copas, pinheiro-bravo e eucalipto 10 metros, outras espécies 4 metros.
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

Figura 3 - Planta de áreas N Class 09 Sobral Pichorro Queiriz

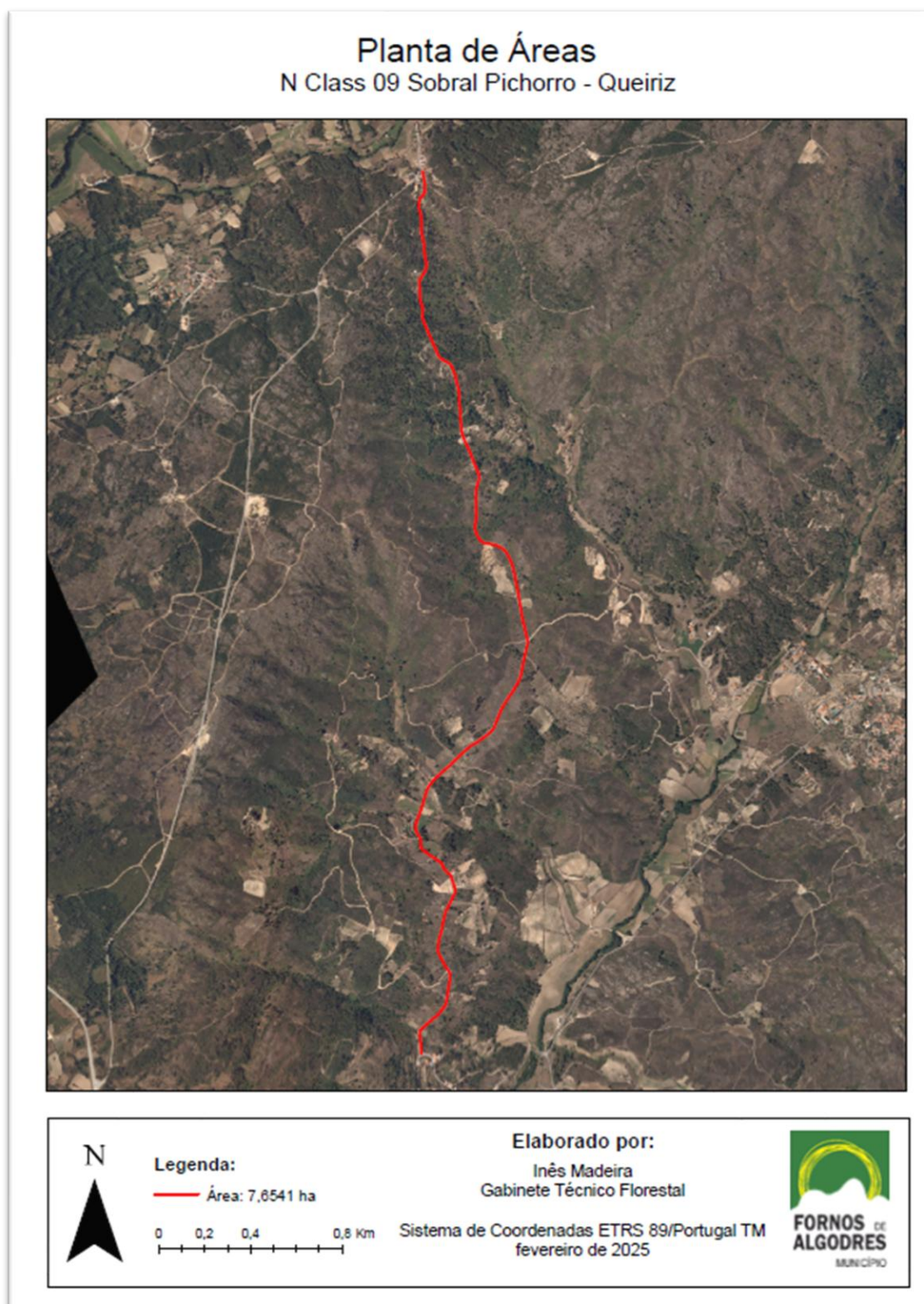
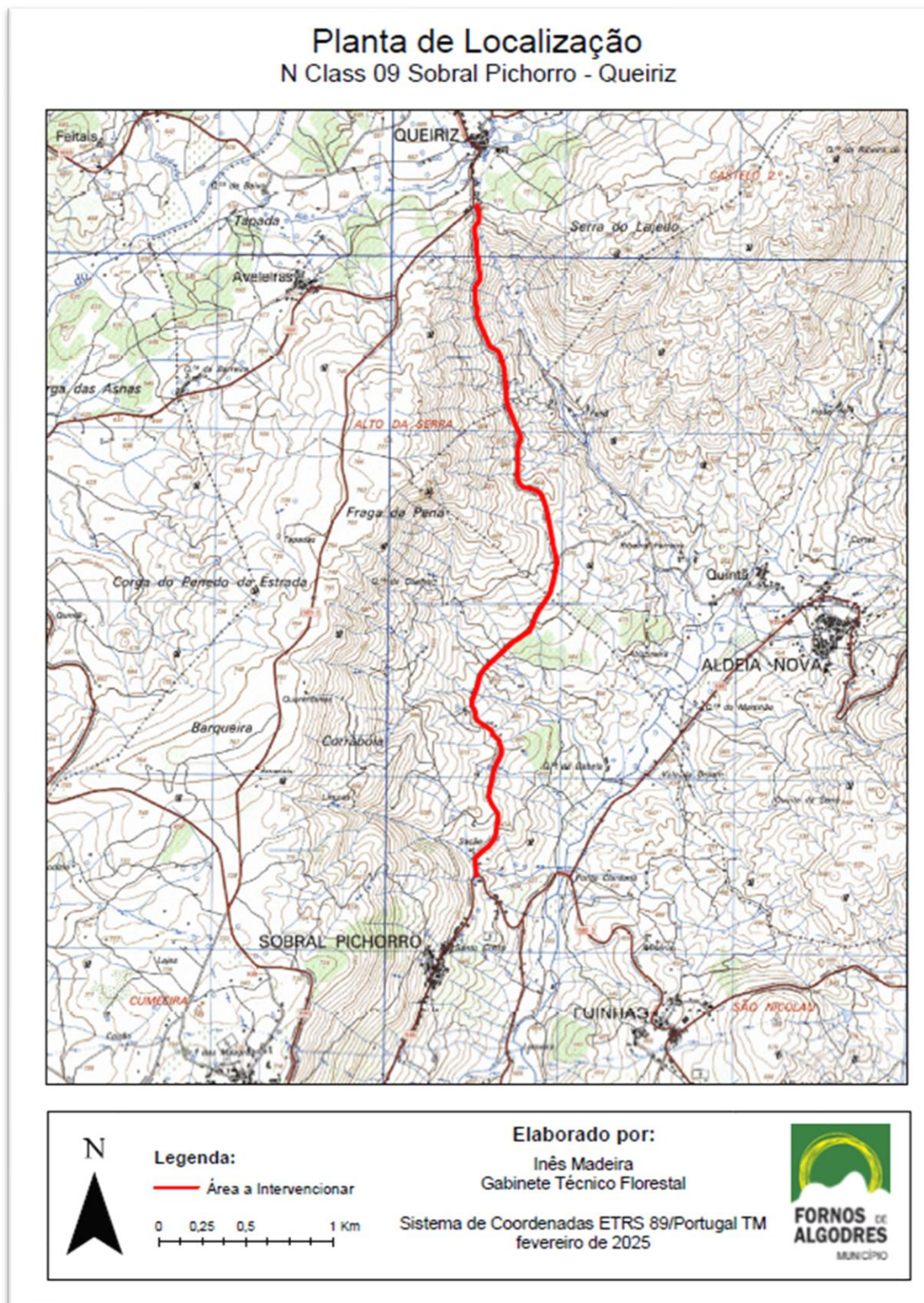


Figura 4 - Planta de localização N Class 09 Sobral Pichorro-Queiriz



Cláusula 28.^a – Lote 2 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção

Local: CM1092 Matança-Fonte Fria

A parcela localizada ao longo do troço da estrada **CM1092 Matança-Fonte Fria**, com uma área total de **4,4077 (ha)** integrada na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o que obriga a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados.

Esta parcela possui um grau de dificuldade **Fácil**, pois foi recentemente executada a gestão de combustível, estando neste momento maioritariamente presentes apenas combustíveis finos.

Tabela 8 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “CM1092_Matança/Fonte Fria”, com 4,4077 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
CM1092_Matança/Fonte Fria	1	4,4077	Secundário	Fácil	Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

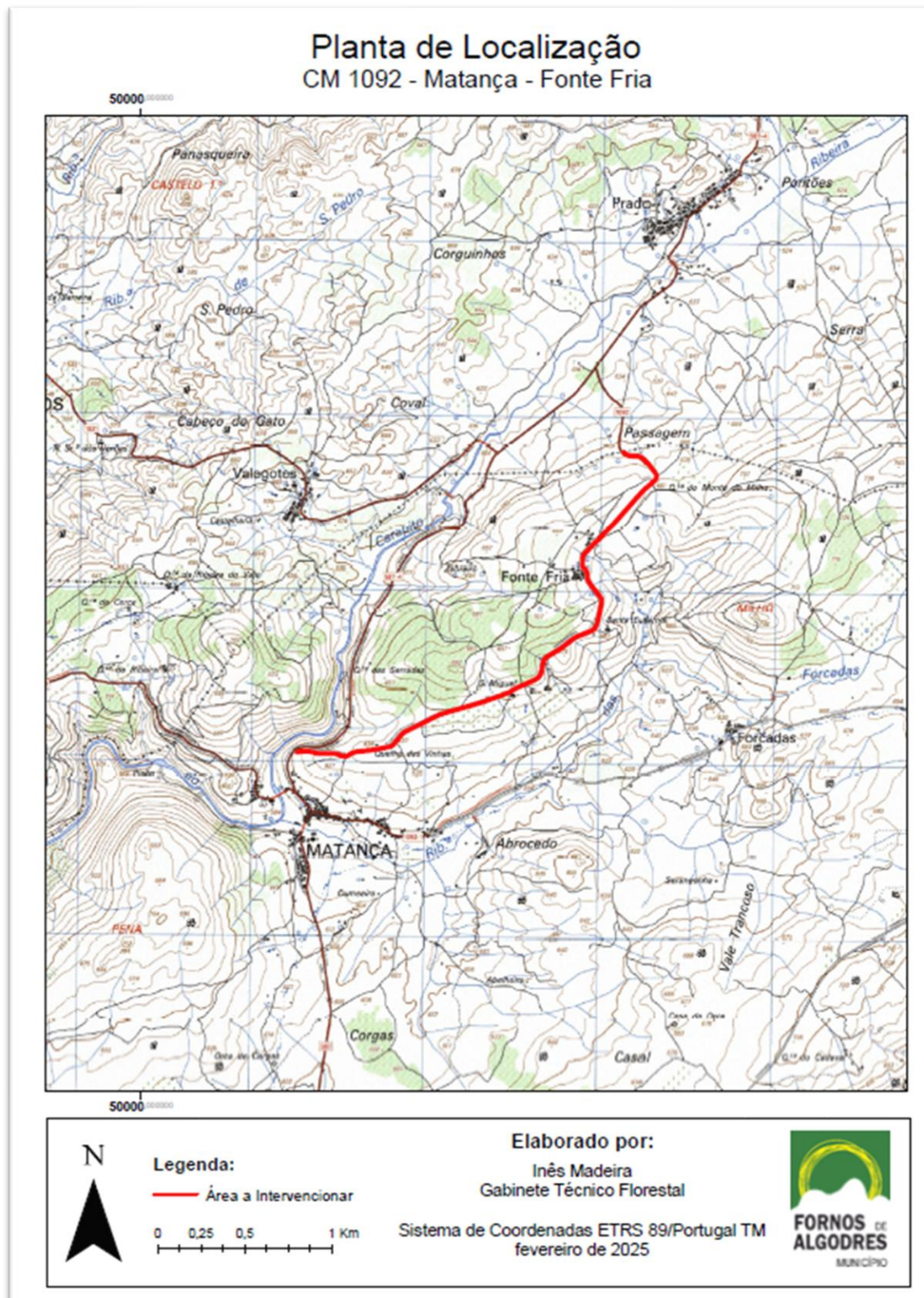
Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

Figura 5 – Planta de áreas CM1092 Matança-Fonte Fria



Figura 6 - Planta de localização – CM 1092 Matança-Fonte Fria



Local: CM1092_1 Matança - Forçadas

A parcela localizada ao longo do troço da estrada **CM1092_1 Matança-Forçadas**, com uma área total de **5,3906 (ha)** integrada na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o que obriga a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados.

Esta parcela possui um grau de dificuldade **Fácil**, pois foi recentemente executada a gestão de combustível, estando neste momento maioritariamente presentes apenas combustíveis finos.

Tabela 9 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “CM1092_1_Matança/Forçadas”, com 5,3906 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
CM1092_1_Matança/Forçadas	1	5,3906	Secundário	Fácil	Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

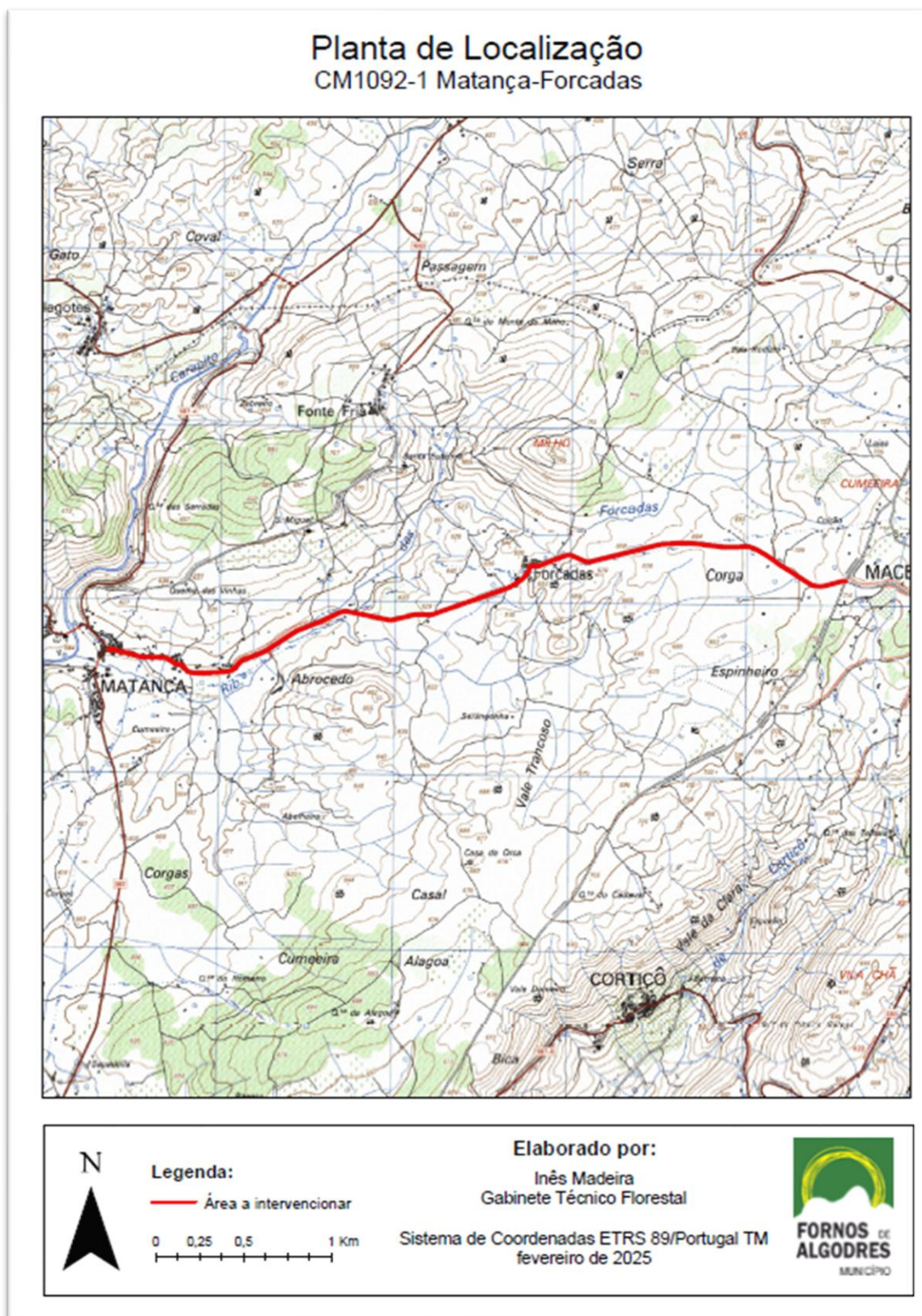
Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

Figura 7 - Planta de áreas CM1092-1 Matança-Forçadas



Figura 8 - Planta de localização CM1092-1 Matança-Forcadas



Cláusula 29.^a – Lote 3 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção

Local: EM554 Juncais-Ponte de Vila Soeiro

A parcela localizada em **EM554 Juncais-Ponte de Vila Soeiro**, com uma área total de **4,1239 (ha)** integra a Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o que obriga a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados.

Esta parcela possui um grau de dificuldade **Fácil**, pois foi recentemente executada a gestão de combustível, estando neste momento maioritariamente presentes apenas combustíveis finos.

Tabela 10 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM 554-Juncais/Ponte de Vila Soeiro”, com 4,1239 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
EM 554-Juncais/Ponte de Vila Soeiro	1	4,1239	Secundário	Fácil	Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

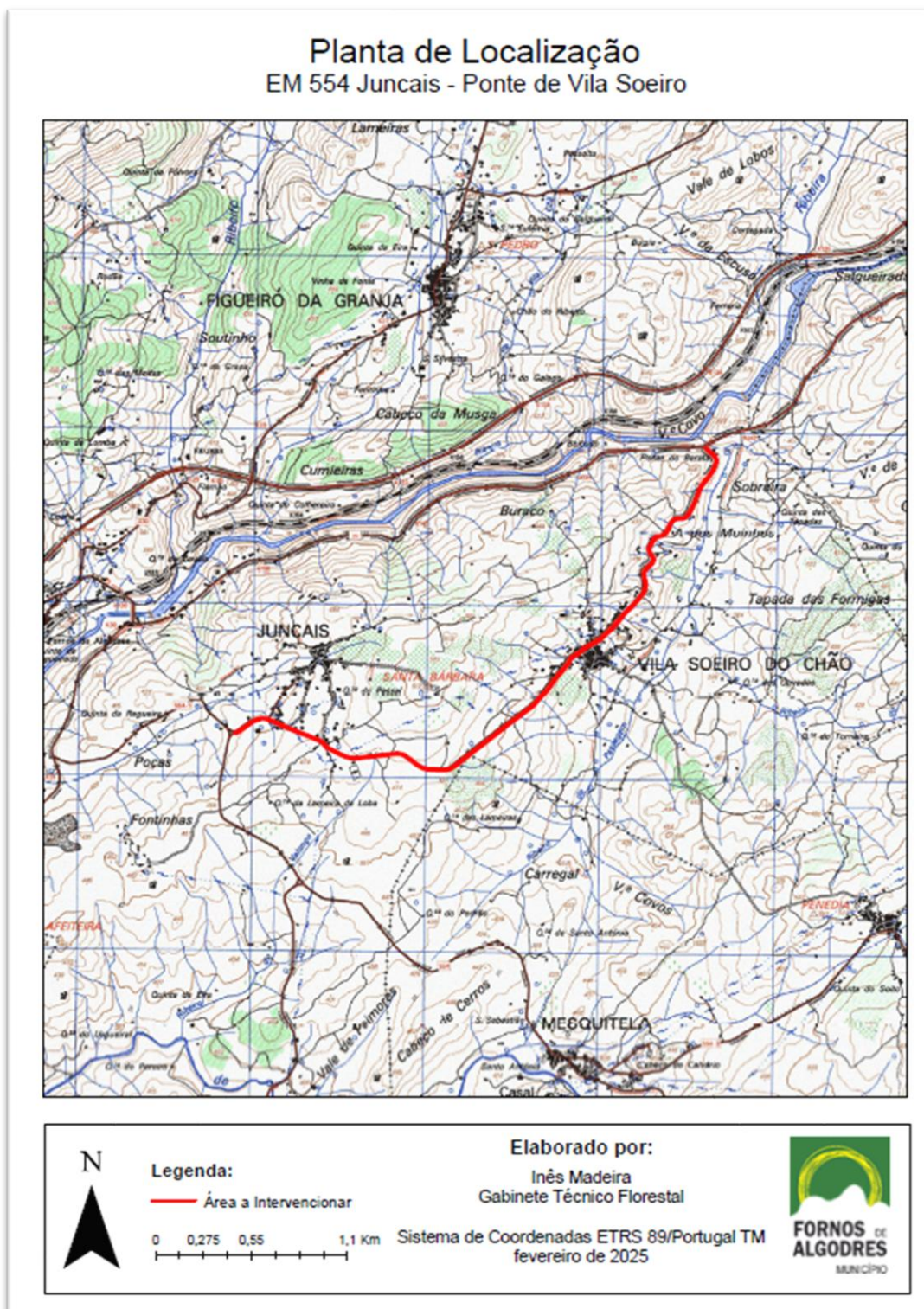
- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

As figuras que se seguem, apresentam a localização das faixas de gestão de combustível

Figura 9 - Planta de áreas – EM 554 Juncas-Ponte de Vila Soeiro



Figura 10 - Planta de localização – EM 554 Juncais – Ponte de Vila Soeiro



Local: N16- Ponte de Juncais-Ponte de Vila Soeiro

A parcela localizada ao longo do troço da estrada **N16-Ponte de Juncais-Ponte de Vila Soeiro**, com uma área total de **6,5867 (ha)** integrada na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o que obriga a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados.

Esta parcela possui um grau de dificuldade **Médio**, devido ao declive mais acentuado e à presença de alguns combustíveis grossos.

Tabela 11 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “N16-Ponte de Juncais/Ponte de Vila Soeiro”, com 6,5867 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
N16-Ponte de Juncais/Ponte de Vila Soeiro	1	6,5867	Secundário	Médio	Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

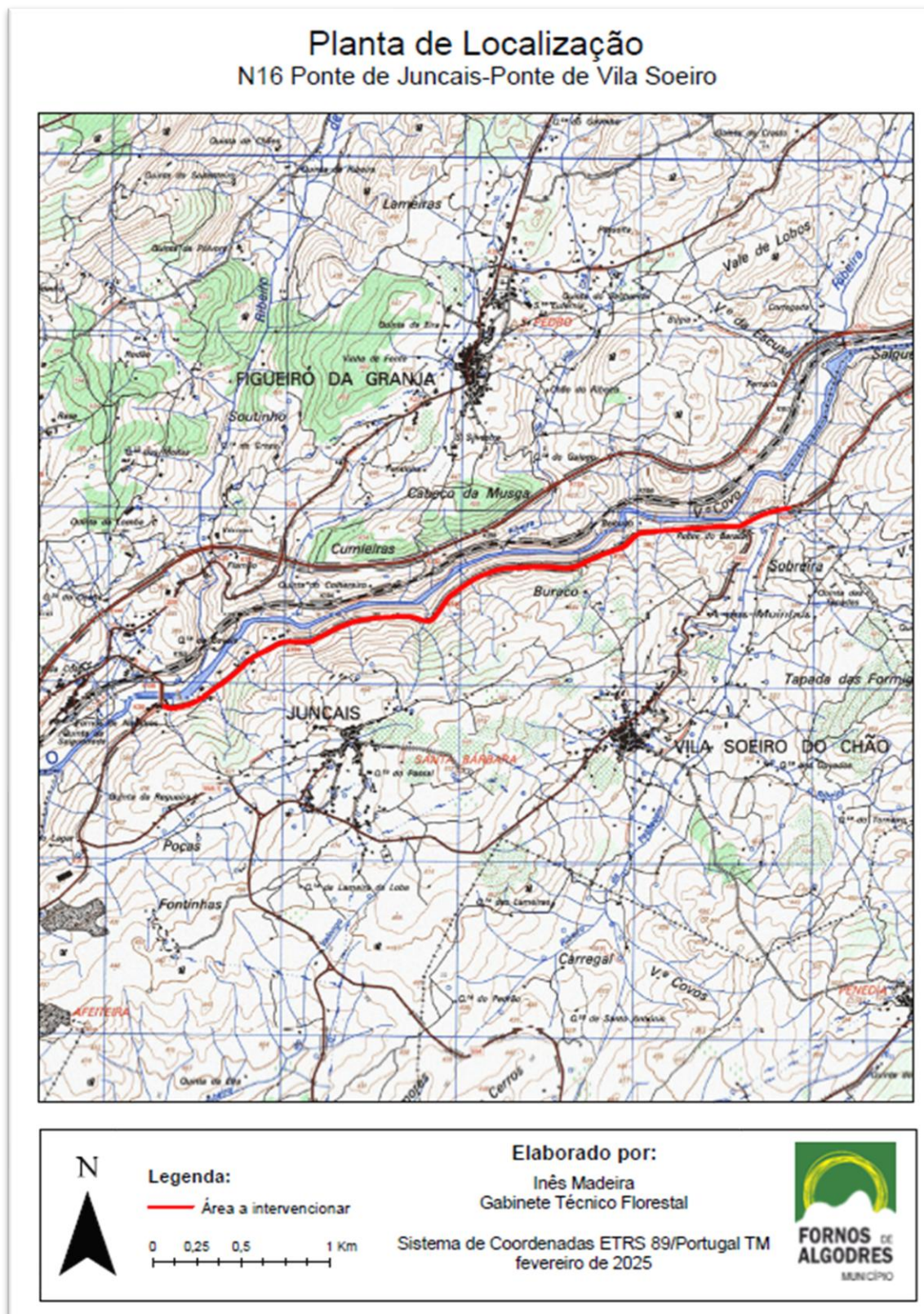
- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Execução de descontinuidade vertical – distância entre copas, pinheiro-bravo e eucalipto 10 metros, outras espécies 4 metros.
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

As figuras que se seguem, apresentam a localização das faixas de gestão de combustível

Figura 11 - Planta de Áreas N16 Ponte de Juncais-Ponte de Vila Soeiro



Figura 12 - Planta de localização – N 16 Ponte de Juncas-Ponte de Vila Soeiro



Cláusula 30.^a – Lote 4 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção

Local: EM554-1_Juncais-Mesquitela

A parcela localizada ao longo do troço da estrada **EM554-1_Juncais-Mesquitela**, totaliza uma área de intervenção de **4,7460 (ha)** integrada na Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o que obriga a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 metros, para cada um dos lados.

O grau de dificuldade dos trabalhos é **Fácil**, predominando os combustíveis finos.

Tabela 12 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM554-1_Juncais-Mesquitela”, com 4,7460 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
EM554-1_Juncais/Mesquitela	1	4,7460	Primário	Fácil	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

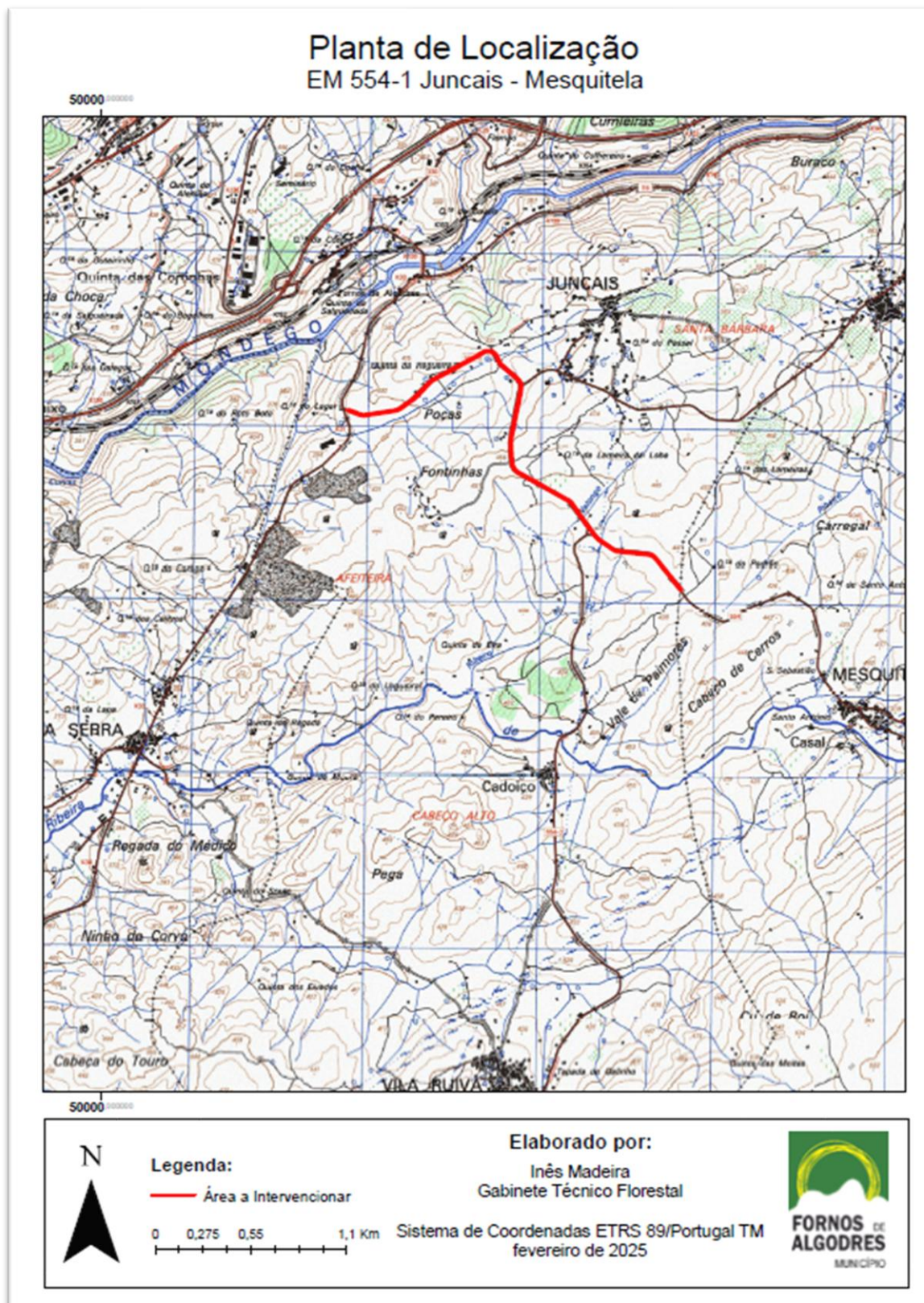
Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

Figura 13 - Planta de áreas – EM 554-1 Juncais-Mesquitela



Figura 14 - Planta de localização EM 554-1 Juncais - Mesquitela



Local: EM 554-2-EM 554 Juncais-Gouveia

A parcela localizada ao longo do troço da estrada **EM 554-2-EM 554 Juncais-Gouveia**, com uma área total de **4,0622 (ha)** integrada na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o que obriga a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados.

Esta parcela possui um grau de dificuldade **Fácil**, pois foi recentemente executada a gestão de combustível, estando neste momento maioritariamente presentes apenas combustíveis finos.

Tabela 13 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM554-2-EM554-Juncais/Gouveia”, com 4,0622 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
EM554-2-EM554-Juncais/Gouveia	1	4,0622	Secundário	Fácil	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

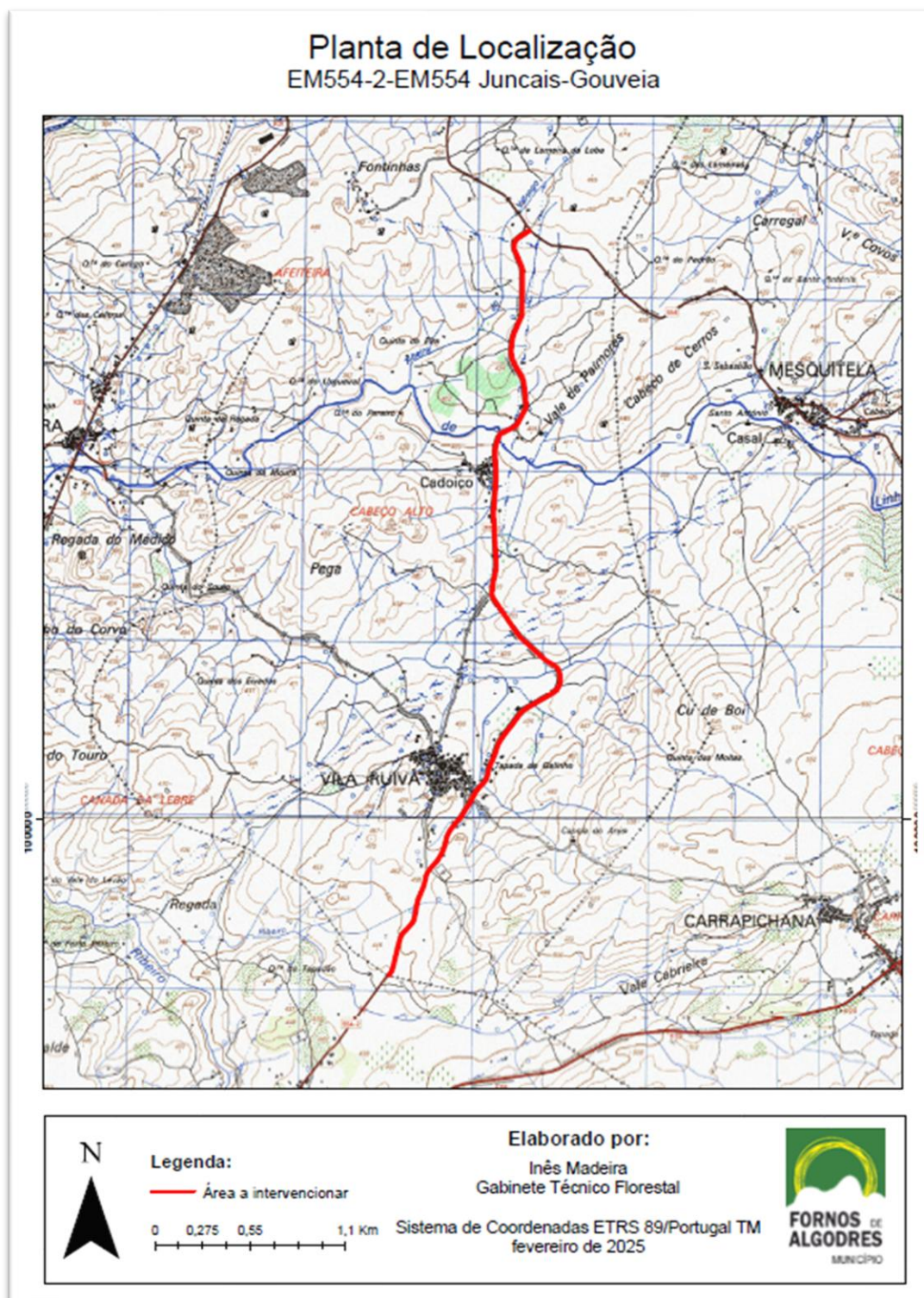
Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

Figura 15 - Planta de áreas – EM554-2-EM554 Juncas-Gouveia



Figura 16 - Planta de localização – EM554-2-EM554 Juncais-Gouveia



Cláusula 31.^a – Lote 5 - Descrição e Caracterização das Áreas de Intervenção

Local: EM586-Figueiró da Granja – Aldeia Nova

A parcela localizada ao longo do troço da estrada **EM586 Figueiró da Granja – Aldeia Nova**, com uma área total de **13,0424 (ha)** integrada na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, obriga, por parte da CMFA, a uma gestão de combustível numa faixa de largura não inferior a 10 m, para cada um dos lados.

Esta parcela possui um grau de dificuldade **Fácil**, pois foi recentemente executada a gestão de combustível, estando neste momento maioritariamente presentes apenas combustíveis finos.

Tabela 14 – Faixas de Gestão de Combustíveis na parcela “EM586-Figueiró da Granja/Aldeia Nova”, com 13,0424 hectares

Nome da Parcela	Parcelas de intervenção	Áreas (ha)	Tipologia de Faixa	Grau de Dificuldade	Tipo de Execução
EM586-Figueiró da Granja/Aldeia Nova	1	13,0424	Secundário	Fácil	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

Ações contempladas:

Preconizam-se as seguintes ações de Gestão de combustíveis:

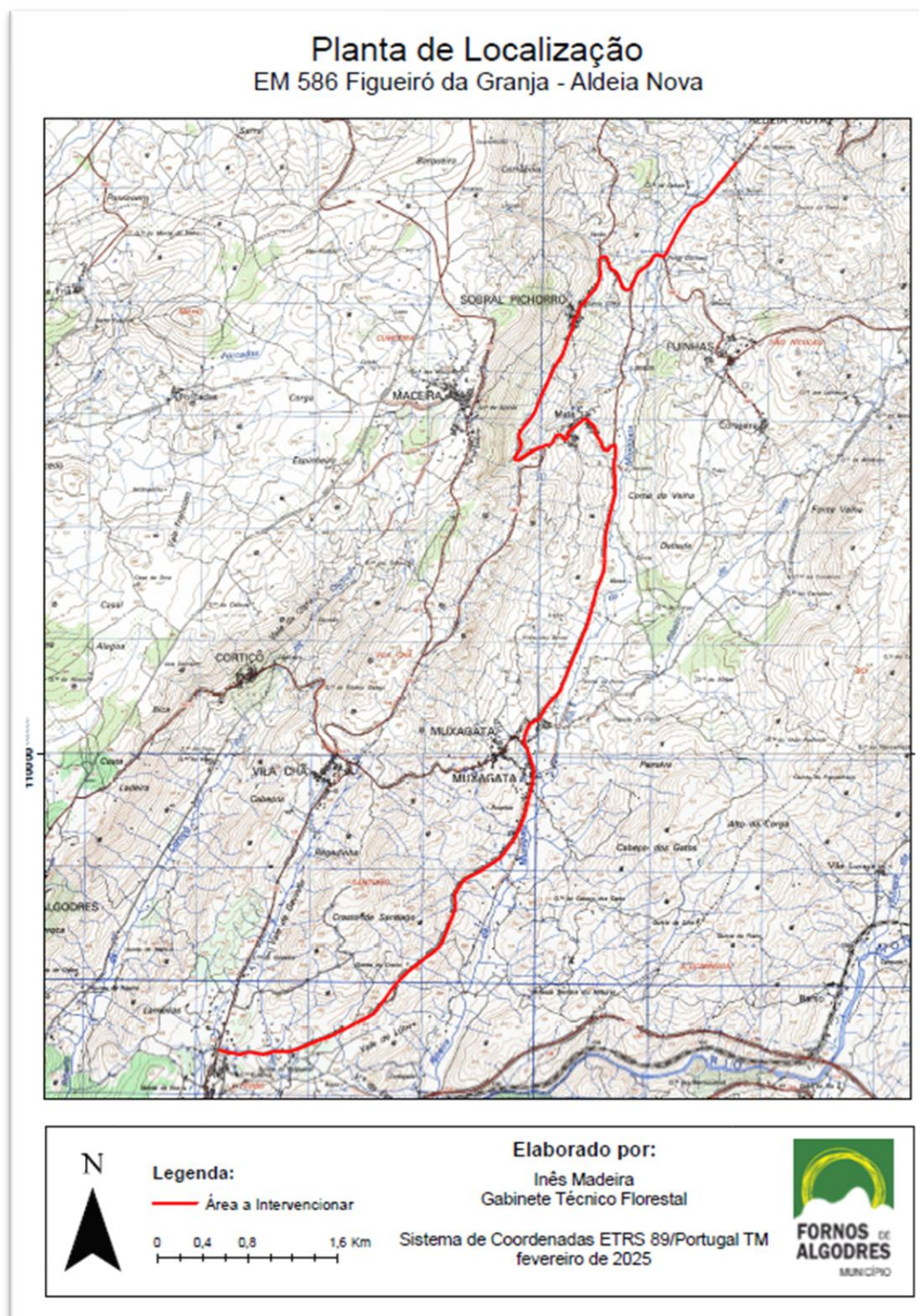
- Execução da limpeza da vegetação espontânea;
- Colocação em ecocentro de resíduos não orgânicos;

As figuras que se seguem, apresentam a localização das faixas de gestão de combustível.

Figura 16 - Planta de áreas – EM 586 Figueiró da Granja – Aldeia Nova



Figura 17 - Planta de localização – EM 586 Figueiró da Granja – Aldeia Nova



ANEXO A - Mapa de quantidades

Na tabela seguinte é apresentado o mapa de quantidades.

Lote 1 - Lista de preços Unitários

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)	Custo/unit (€) g)	Custo / Total sem iva (€) h) = c) x g)
N_Class01-Casal do Monte/Trancoso	1	5,9098	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil		- €
N-Class09-Sobral Pichorro/Queiriz	1	7,6541	Primário	Faixas de Gestão de Combustível	Médio		- €
		13,5639				Total do Preço Lote 1 (€)	- €

Lote 2 - Lista de preços Unitários

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)	Custo/unit (€) g)	Custo / Total sem iva (€) h) = c) x g)
CM1092_Matança/Fonte Fria	1	4,4077	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil		- €
CM1092_1_Matança/Forçadas	1	5,3906	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil		- €
		9,7983				Total do Preço Lote 2 (€)	- €

Lote 3 - Lista de preços Unitários

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)	Custo/unit (€) g)	Custo / Total sem iva (€) h) = c) x g)
EM 554-Juncais/Ponte de Vila Soeiro	1	4,1239	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil		- €
N16-Ponte de Juncais/Ponte de Vila Soeiro	1	6,5867	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Médio		- €
		10,7106				Total do Preço Lote 3 (€)	- €

Lote 4 - Lista de preços Unitários

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)	Custo/unit (€) g)	Custo / Total sem iva (€) h) = c) x g)
EM554-1_Juncais/Mesquitela	1	4,7460	Primário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil		- €
EM554-2-EM554-Juncais/Gouveia	1	4,0622	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil		- €
		8,8082				Total do Preço Lote 4 (€)	- €

Lote 5 - Lista de preços Unitários

Designação a)	Nr.Parcelas de Intervenção b)	ÁREAS (ha) c)	Tipologia de Faixa d)	Tipo de Execução e)	Grau de dificuldade f)	Custo/unit (€) g)	Custo / Total sem iva (€) h) = c) x g)
EM586-Figueiró da Granja/Aldeia Nova	1	13,0424	Secundário	Faixas de Gestão de Combustível	Fácil		- €
		13,0424				Total do Preço Lote 5 (€)	- €
		55,9234				Total do Preço Base (Lote 1+2+3+4+5) (€)	- €